



Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás

A deputada que o presente subscreve na forma regimental e após manifestação plenária, requer a Vossa Excelência, determinar o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor **MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR, Governador do Estado de Goiás** e à Dra. **REJANE DA SILVA SENA BARCELOS, Superintendente da Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás**, designando o psicólogo forense **LEONARDO FARIA** para atender as crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual no município de Cavalcante. Solicitamos também o envio de cópia ao MPE e à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para que tomem conhecimento da situação.

JUSTIFICATIVA

O maior quilombo do Brasil, o território Kalunga, localiza-se no norte goiano, na cidade de Cavalcante. Reconhecido como sítio histórico que abriga o patrimônio cultural Kalunga, o território é parte essencial do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Além das riquezas culturais, a área ocupada de 272 mil hectares possui cachoeiras e nascentes, englobando a maior área de Cerrado preservado do mundo.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou no dia 20 de abril audiência pública na cidade goiana de Cavalcante. Parlamentares, representantes do governo, do Ministério Público e da sociedade civil apuraram denúncias de que meninas da comunidade quilombola

Kalunga estariam sendo submetidas em Cavalcante a trabalho doméstico, abuso, estupro e exploração sexual. A delegacia do município concluiu, só este ano, 10 inquéritos policiais de abusos e exploração sexual de crianças. Nos relataram, ainda, uma enorme dificuldade em investigar esses crimes devido ao efetivo policial, que se encontra em baixo número.

Crianças e adolescentes kalungas sofrem violência sexual a mais de 20 anos em Cavalcante, a 510 quilômetros de Goiânia. A denúncia foi feita ontem pela líder comunitária Dalila Reis Martins durante a audiência pública. Moradores puderam fazer denúncias a assessores da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em uma sala reservada, enquanto autoridades políticas e policiais e representantes da Procuradoria do Trabalho, do Ministério Público estadual e da Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás (OAB-GO) discutiam no auditório do centro de convivência.

As crianças e adolescentes vítimas de abusos e exploração sexual não tem nenhum tipo de acompanhamento psicológico. Foi constatada a deficiência no atendimento às vítimas, que não tem psicólogos para as ouvirem. Além da apuração dos crimes e da punição dos culpados, o município precisa de políticas públicas para assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes.

O abuso sexual na adolescência é um fenômeno complexo que envolve aspectos psicológicos, sociais e jurídicos, com altos índices de incidência, que pode ocasionar situações que causam efeitos prejudiciais para a vítima, tanto físicos (trauma físico, transmissão de DSTs, gravidez indesejada) como psicológicos (medo, ansiedade, depressão, entre outros já citados) e comportamentais (comportamento sexual inapropriado, retraimento, entre outros).

A psicanálise vem obtendo resultados bastante satisfatórios no atendimento à vítimas de violência sexual. Tais resultados são frutos de um trabalho árduo e diferenciado. A partir de seu percurso analítico é permitido ao sujeito compreender o que se passou com ele, entender que foi vítima de uma violência e que não precisa paralisar sua vida e sim, reconstruí-la aos poucos, apesar da imagem corporal dilacerada. Fortalecido emocionalmente terá condições de resistir aos impactos desta experiência limite, suportando as pressões do meio, evitando a autotortura e encontrando saídas para o seu drama através de uma via sublimatória.

A análise propiciará a esse sujeito a redescoberta de si mesmo enquanto ser humano digno de amor e respeito.

Ante o exposto, podemos entender a importância de um atendimento acolhedor, que irá auxiliar não apenas em partes, mas, buscará entender as questões que estarão ligadas a problemática da violência sexual. Nesse sentido, é fundamental que se designe o renomado psicólogo forense Leonardo Faria para atender as crianças e adolescente vítimas de abuso sexual em Cavalcante. Leonardo é especialista em psicologia jurídica, criminologia e neuropsicologia. Dentre seus trabalhos mais conhecidos, traçou o perfil de Aparecido Souza Alves, principal suspeito da chacina de Doverlândia (GO), na qual sete pessoas foram degoladas no dia 28 de abril de 2012. Recentemente, fez a análise psicológica de Tiago Henrique Gomes da Rocha, *serial killer* que matou ao menos 39 vítimas em Goiânia e Aparecida de Goiânia, entre elas ao menos 16 mulheres.

É imprescindível o apoio do governo do Estado para conseguir solucionar esse problema. Faz-se imperioso que o município de Cavalcante conte com uma rede de acolhimento capaz de abrigar as vítimas e dar-lhes o suporte necessário para a mitigação das dolorosas consequências que o abuso sexual produz.

Sala das Sessões aos de de 2015.

Atenciosamente,

Delegada Adriana Accorsi
Deputada Estadual
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás